ISSN: 2525-9091

Revista Científica do Instituto de Ensino Superior de Itapira

USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS ENTRE MULHERES COM VIDA SEXUAL ATIVA PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR EM ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – SP

USE OF CONTRACEPTIVE METHODS BETWEEN WOMEN WITH ACTIVE SEXUAL LIFE FOR FAMILY PLANNING IN ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – SP

Marcela de Cássia Ramos[1]; Gisele Acerra Biondo[2]; Sylvia Camilo Ramalho[2]; Gleidson Juliacci Patto[2]; Thaís Louise Soares Patto[2]

1- Discente de Biomedicina do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, SP – UniPinhal; 2- Docente do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, SP – UniPinhal

Contato: ma.rramos@hotmail.com (Marcela de Cássia Ramos)

RESUMO

Existem vários tipos de métodos contraceptivos sendo, na maioria, encontrado na rede pública de saúde. Objetivo de analisar o uso de métodos contraceptivos em mulheres de 18 a 50 anos. Estudo descritivo, com 60 mulheres dividido em grupos: Grupo-1: Atendentes em comércio; Grupo-2: Donas de casa; Grupo-3: Professoras e Grupo-4: Universitárias. Foram aplicados questionários e analisadas variáveis em Espírito Santo do Pinhal/SP. Trabalho aprovado pelo comitê de ética pela Plataforma Brasil. Das 15 universitárias, 100% solteiras, sem filhos e idade entre 19 e 27 anos; das professoras, idade de 25 a 50 anos, 60% casada e 89% com filho. As atendentes, idade entre 18 a 48 anos, 60% solteiras e 34% com filhos. Com idade entre 27 a 49 anos, somente 6% solteira e 6% sem filhos, o grupo das donas de casa. As médias e desvio padrão de idades nos grupos foram: Universitárias (22 e 2,56); Professoras (35,6 e 7,55); Atendentes (28,53 e 10,77) e Donas de casa (37,26 e 7,19). Das entrevistadas 60% optou por utilizar somente o contraceptivo oral; 13% universitárias e 7% professoras usam contraceptivo oral juntamente com preservativo. No grupo de donas de casa 27% realizaram métodos definitivos de planejamento familiar, 20% das atendentes e 7% das professoras. Das professoras, 13% estavam tentando engravidar. Das entrevistadas, 10% que faziam uso de algum método citaram não fazer planejamento familiar, mostrando a possível falta de conhecimento do que é planejamento familiar. Concluiu-se que a grande maioria das entrevistadas utiliza como método contraceptivo o uso de contraceptivo oral.

Descritores: elaboração familiar, contracepção, saúde da mulher.

ABSTRACT

There are different kinds of contraceptive methods that in the great part could be find in public health system. The objective is analysis the use of contraceptive methods in women aged between 18 and 50. Descriptive study, with 60 women divided in groups: Sellers on the Group-1 ; Housewives on the Group-2; Teachers on the Group-3 and University Students on the Group-4. Were answered questionnaires and analyzed the variables in the city of Espírito Santo do Pinhal/SP. This work was approved by Ethics Committee through the Plataforma Brasil. To the 15 analyzed university students, 100% are single, no one children and aged between 19 and 27 years; the teachers, aged between 25 and 50 years, 60% are married and 89% have children. The Sellers, aged between 18 and 48 years, 60% are single and 34% have children. With the ages between 27 and 49 years, only 6% are single and don't have children belong the housewives group. The mean and the standard deviation on the groups were: University Students (22 and 2,56); Teachers (35,6 and 7,55); Sellers (28,53 and 10,77) and Housewives (37,26 and 7,19). Of the interviewees 60% choice to used only the oral contraceptive, 13% of the university students and 7% of teacher use oral contraceptive and condom. On the housewives group 27% choices some permanent method to the familiar planning, 20% of the sellers and 7% of the teachers. On the teachers group, 13% were trying to became pregnant. Of the interviewees, 10% that uses some method said didn't do any familiar planning, this evidence the low knowledge about familiar planning. May concludes that the great part of the interviewees use as contraceptive method the oral contraceptive.

Keywords: family elaboration, contraception, woman's health.

Artigo recebido em 13/12/2016; aprovado em 09/02/2017.

CONSCIESI - Revista Científica do Instituto de Ensino Superior de Itapira – IESI

www.consciesi.com.br / www.iesi.edu.br

INTRODUÇÃO

O direito legal aos métodos de controle familiar no Brasil é oriundo de uma luta, em que diversos aspectos sociais são afetados. Partindo deste pressuposto, o planejamento familiar, que até aquele momento só era executado pelo governo federal e/ou por órgão privados, passou então, a constituir dever do Estado, sendo garantido pela legislação. Tal direito, só foi obtido ao longo de diversas intervenções jurídicas e sociais, onde inúmeros movimentos sociais femininos, além de grupos políticos e católicos, sendo que ao final deste processo, culminou na proteção legal do direito ter ou não filhos, sendo este direito assegurado pela Constituição Federal (MOREIRA; ARAUJO, 2004).

São raras as pessoas com vida sexual ativa que nunca ouviram falar de métodos contraceptivos. Entretanto, quando este tipo de questionamento passa para a esfera mundial, mais de um quarto da população sexualmente ativa desconhecem tais métodos, o que pode gerar gravidez indesejada e não muito raro, optam pelo aborto. Adicionalmente, o risco de transmissão e contaminação de doenças sexualmente transmissíveis aumenta a cada ano. Frente a estes problemas, torna-se de suma importância o investimento na divulgação e implementação dos métodos contraceptivos. Além disso, existem pressões sociais em relação ao comportamento reprodutivo, sempre surgindo questionamentos em relação ao número de filhos, os papéis dos indivíduos no planejamento familiar e na sua manutenção da família propriamente dita.

Diante destes novos desafios e pelos questionamentos sociais acerca do planejamento familiar, o governo passa a ser o principal ator neste cenário, sendo que suas ações começam a tomar efeito através da criação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS), posteriormente alterado para Sistema Único de Saúde (SUS). A partir da criação deste órgão, a esfera federal começa a orientar e fornecer métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, a “minipílula”, a injeção hormonal, o dispositivo intrauterino (DIU), o diafragma e o preservativo masculino, sendo estes métodos regulamentados pela legislação vigente na época. A partir de então, o SUS inicia um programa de planejamento familiar nas unidades básicas de saúde (UBS), sendo implementado ora total, ora parcialmente, dependendo das circunstâncias e das condições econômicas da localidade (COLARES e colaboradores, 2012).

De acordo com a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996, o planejamento familiar é um conjunto de ações preventivas e educativas que visa o controle da fecundidade, atenção à saúde da mulher, do homem e do casal, sendo um direito de todo cidadão (BRASIL, 1996).

Além da função de efetivar e controlar os programas de planejamento familiar, é de responsabilidade do SUS, através de suas clínicas ou hospitais conveniados, a realização de intervenções cirúrgicas para a esterilização (laqueaduras ou vasectomias) em indivíduos com idade superior a 25 anos e/ou que possuam ao menos 2 filhos (IS/SES, 2011).

O planejamento familiar deve ser o princípio básico na medida de saúde, que diante de estratégias individuais e coletivas utilizadas pelos profissionais de saúde orientam as pessoas que buscam tais serviços, oferecendo-lhes informações necessárias para escolha e uso de métodos contraceptivos que melhor se adaptam as condições de saúde atual (ANDRADE; SILVA, 2009). Esse é um conceito que agrega a decisão do casal quanto ao momento próprio para o início da procriação, do número de filhos e do intervalo entre eles (CARRENO e colaboradores, 2006).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996, 55% das mulheres brasileiras em idade fértil utilizam algum método contraceptivo e/ou de controle de planejamento familiar. Na época da pesquisa, os métodos mais utilizados eram a

laqueadura (27%), o contraceptivo oral (16%) e o preservativo masculino, sendo utilizado por 4% dos indivíduos entrevistados (IBGE, 2006).

Diante deste cenário, alguns autores brasileiros relataram em seus trabalhos que a gravidez indesejada e/ou acidental acometia 50% das entrevistadas com idade entre 15 e 19 anos, dado este também verificado pelo Centro Integral à Saúde da Mulher, da Universidade Estadual de Campinas (CAISM – UNICAMP), onde foi observado a ocorrência deste fato em 45,9% das entrevistadas. Neste caso, o principal motivo desta ocorrência foi o não uso ou uso incorreto dos métodos anticoncepcionais (SILVA e colaboradores, 2007).

Outro estudo realizado no Brasil que merece destaque foi o estudo transversal de base populacional realizou na cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, em que 867 mulheres, com idade de 20 e 60 anos e vida sexual ativa, 61,1% (627 mulheres) disseram que utilizam algum tipo de método contraceptivo. Das mulheres com idade entre 20 e 49 anos, 48,8% disseram que utilizam as pílulas anticoncepcionais como método de controle de natalidade, 18,7% optaram pela laqueadura. Outras 17,3%, disseram que o parceiro utiliza o preservativo como método anticoncepcional e 7,3% ainda optaram pelo uso do Dispositivo Intra Uterino (DIU). Entre as entrevistadas com idade entre 50 e 60 anos (186 indivíduos), o método utilizado foi a laqueadura (79,6%) (CARRENO e colaboradores, 2006).

Segundo Souza e colaboradores (2006), a realização do planejamento familiar é uma das etapas mais importantes da medicina preventiva, que têm como um de seus objetivos a redução da morbidade e da mortalidade materna e/ou neonatal que são resultantes, principalmente, de algum abortamento provocado ou de uma gestação de alto risco.

Este estudo objetivou em analisar o uso de métodos contraceptivos entre as mulheres de 18 a 50 anos de idade, que mencionaram vida sexual ativa no município de Espírito Santo do Pinhal, SP; aplicar um questionário sobre estilo de vida e verificar a existência de conhecimento prévio das entrevistadas sobre métodos contraceptivos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A amostra foi constituída de 60 mulheres entre 18 a 50 anos de idade que mencionaram vida sexual ativa na cidade de Espírito Santo do Pinhal/SP e que concordaram em participar voluntariamente do estudo após explanação dos objetivos do trabalho e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O trabalho foi aprovado em Setembro de 2015 pelo Comitê de ética do Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP via Plataforma Brasil com o número do Parecer: 1.223.494.

Para o início da experimentação as participantes da pesquisa foram divididas em quatro grupos, sendo: Grupo-1: Atendentes em comércio; Grupo-2: Donas de casa; Grupo-3: Professoras e Grupo-4: Universitárias, sendo que cada grupo foi constituído por 15 mulheres.

A pesquisa foi realizada no período de novembro de 2015 a março de 2016, com entrevistas realizadas através da abordagem direta das entrevistadas e/ou organizados pelo curso de Biomedicina do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal - UNIPINHAL. Foram aplicados questionários e analisadas variáveis, sendo asseguradas as colaboradoras o anonimato de sua identidade.

Os dados foram obtidos a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e em ordem pré-estabelecida, baseado no questionário do Núcleo de Assistência, Treinamento e Estudos em Saúde da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por entrevistadora treinada.

Além dos grupos, as variáveis do estudo foram definidas segundo: Idade, Estado civil e Renda Familiar.

Ao final da pesquisa foram realizadas as análises estatísticas pelo programa Action Stat Pro. O estudo admitiu-se o nível de p<0,05 para significância estatística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do perfil das entrevistadas

Após a aplicação dos questionários, os resultados foram tabulados e transformados em gráficos. Desta forma, no quesito idade das entrevistadas, das 15 universitárias, 100% eram solteiras, sem filhos e possuíam idade entre 19 e 27 anos. Já no grupo das professoras, a faixa etária observada foi de 25 a 50 anos, sendo que 60% das entrevistadas eram casadas. Além disso, das professoras casadas 89% destas possuíam um ou mais filhos. Para as atendentes de comércio, a faixa etária predominante ficou entre 18 e 48 anos, sendo que do total de entrevistadas, 60% eram solteiras. Ainda sobre o total de atendentes de comércio, 34% possuíam filhos. No grupo das donas de casa, a idade das entrevistadas variou de 27 a 49 anos e apenas 6% não possuíam filhos, representados na Figura 1.

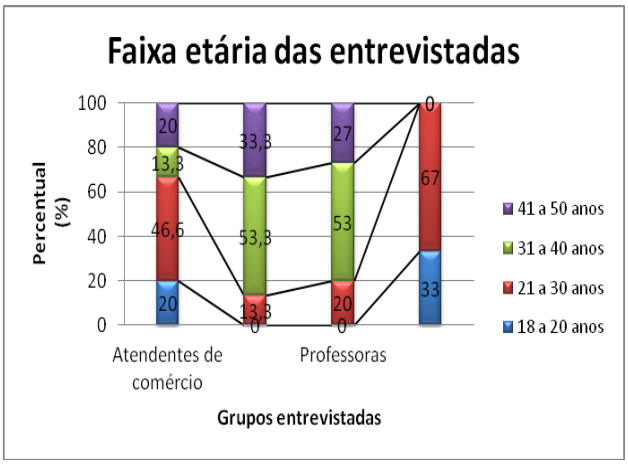

Figura 1. Faixa etária observado durante a aplicação do questionário em mulheres na cidade de Espírito Santo do Pinhal – SP.

As médias e desvio-padrão obtidos para as idades das entrevistadas, estão representados na Tabela 1:

Tabela 1. Média de idade e os respectivos desvios-padrão para cada grupo de entrevistadas durante o estudo.

GRUPOS ENTREVISTADAS	IDADE			
	LIMITE SUPERIOR	LIMITE INFERIOR	MÉDIA DESVIO PADRÃO	MEDIANA
Atendentes no comércio	48	18	37 (7,19)	22
Donas de casa	49	27	28 (10,76)	35
Professoras	50	25	35 (7,54)	35
Universitárias	27	19	22 (2,56)	22

(Fonte: ACTION STAT PRO, 2016)

Foi realizada análise estatística para verificar a diferença de idade das participantes da pesquisa

As amostras referentes à Universitárias, Professoras e Donas de casa apresentaram P-valores maiores que 5% para o teste de normalidade de Anderson-Darling logo pode-se afirmar com 95% de confiança que os dados seguem uma distribuição normal. A amostra referente às atendentes no comérico apresentou um P-valor menor que 5% para o teste de normalidade de Anderson-Darling, logo pode-se afirmar com 95% de confiança que os dados não seguem uma distribuição normal.

Com base nessas informações foram feitos entre os grupos que apresentaram uma distribuição normal, um Teste T para amostras independentes para comparar a igualdade entre as médias das idades dos grupos.

Foram comparadas as médias das idades entre os grupos Universitárias e Professoras, Professoras e Dona de Casa e Universitária e Dona de Casa e os P-valores encontrados foram respectivamente: 0,00042; 0,05409; 0,000000472.

Sendo assim pode-se afirmar com 95% de confiança que existem evidências estatísticas que apontam para uma diferença entre a média das idades entre as Universitárias e Professoras e entre as Universitárias e Donas de casa e não existe

diferença de idade entre as Professoras e as Donas de casa.

Em estudo realizado por Ramos (2014) com adolescentes do Distrito Simão Campos em São José da Ponte, Minas Gerais, mostra que a idade média da primeira relação sexual é de 14 anos, associando escolaridade e nível socioeconômico como forte influência de uma vida sexual precoce, além de acarretar mais parceiros durante ao longo da vida, traz consigo maiores chances de doenças sexualmente transmissíveis e gestações indesejadas.

Preferência de métodos contraceptivos

Em relação aos métodos contraceptivos utilizados pelas entrevistadas, (Gráfico 2) , independentemente do grupo onde estavam alocadas, a maioria optou pelo uso de método contraceptivo oral. Desta forma, 80% das universitárias, 53% das professoras, 60% das atendentes no comércio e 47% das donas de casa utilizam o método contraceptivo oral como principal meio de controle de concepção. Vale salientar ainda que, 13% das universitárias e 7% das professoras entrevistadas, utilizam o método contraceptivo oral concomitante ao uso de preservativo. Além disso, das entrevistadas, 20% das atendentes do comércio e 13% das donas de casa, responderam que o principal controle contraceptivo utilizado na família é a vasectomia. É possível ressaltar ainda que 20% das professoras estavam tentando engravidar ou já estavam grávidas no momento da aplicação do questionário. Adicionalmente, 13% das atendentes do comércio não responderam ou não souberam responder sobre qual método contraceptivo elas utilizavam.

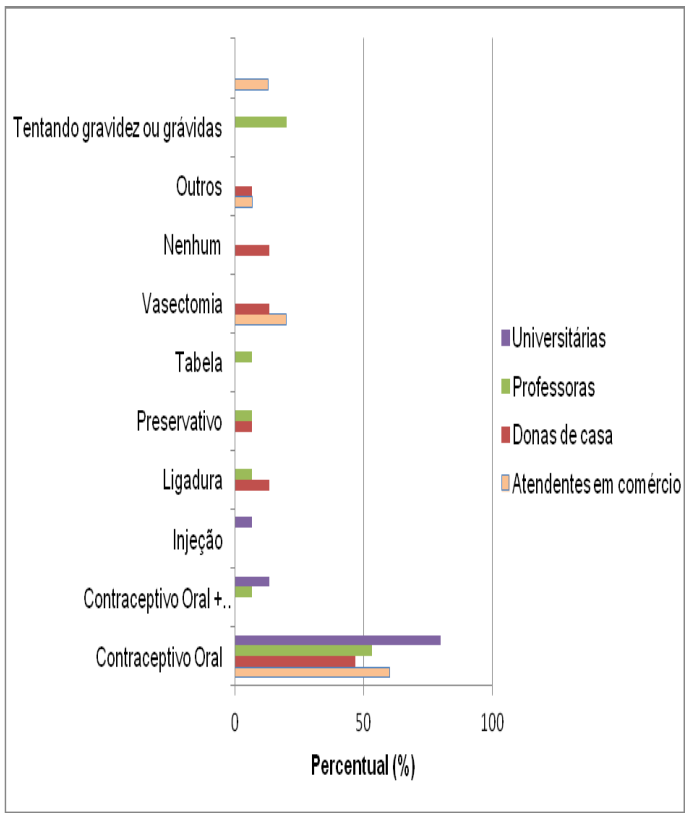

Figura 2. Preferência do método contraceptivo observado durante aplicação de questionário em grupos de atendentes em comércio, donas de casa, professoras e universitárias, em Espírito Santo do Pinhal-SP.

Resultados semelhantes foram encontrados por Durante; Alcântara, Zagonel (2012), após aplicação de questionário na cidade de São José do Rio Claro, no Estado de Mato Grosso. Segundo os autores do trabalho, a maioria das mulheres entrevistadas (46%), com vida sexual ativa, realiza planejamento familiar através do uso de contraceptivo oral. Ainda segundo os autores, este método é mais utilizado devido à facilidade de ser encontrado nas farmácias e à distribuição gratuita realizada pelos órgãos governamentais em postos de saúde. Corrêa (2012), também descreve que houve um aumento no uso do contraceptivo oral de 63,6%, em 1986, para 76%, em 1996, na cidade de São Paulo, no que se refere aos métodos contraceptivos utilizados, ou seja, gradativamente o que se observa é um aumento do número de mulheres optando pelo contraceptivo oral.

Em contra partida, no estudo desenvolvido por Souza e colaboradores (2006) realizado no Estado do Paraná onde foi

avaliado a situação da utilização de métodos contraceptivos, os dados foram obtidos mediante entrevistas com 284 mulheres, em que encontraram a prevalência de mais de 80% dos casos em usuárias de apenas dois métodos: o anticoncepcional oral, responsável por 50% dos casos, e a ligadura tubária, presente em quase um terço dos mesmos, baseados em argumentos de não desejarem ter mais filhos.

Em relação ao uso de um método contraceptivo utilizado também como barreira para doenças sexualmente transmissíveis, constatou-se no estudo realizado por Carreno e colaboradores (2006) na cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, com mulheres na faixa etária de 20 a 60 anos, em que apenas 17% das mulheres referiram-se ao uso adicional de preservativos como forma de proteção de doenças sexualmente transmissíveis, mostrando ainda que mulheres com mais idade e com união estável apresentavam maior probabilidade de não usarem preservativos.

Fonte e tempo de uso dos métodos contraceptivos

Em relação a principal fonte do planejamento familiar (Tabela 3), das atendentes em comércio, 33% buscam o método anticoncepcional em médicos particulares, 20% em farmácias, 13% em hospitais ou clínicas privadas e outros 33% em fontes não citadas no questionário. Para as donas de casa, 47% buscam o método contraceptivo em farmácias, 20% em hospitais e clínicas privadas, 13% em hospitais e clínicas públicas e outros 13% também buscam em fontes não citadas nesta pesquisa. No caso das professoras entrevistadas 53% procuram por métodos anticoncepcionais em farmácias, 20% em médicos particulares, 7% em hospitais e clínicas privadas e outros 20% em fontes não citadas. Já as universitárias, 73% tem como principal fonte os médicos particulares, seguidas pela busca em farmácia com 20% e 7% buscam tais métodos contraceptivos em hospitais e clínicas públicas.

Tabela 2. Principal fonte de métodos contraceptivos para cada grupo de entrevistadas durante o estudo.

PRINCIPAL FONTE	Atendentes em comércio (%)	Donas de casa (%)	Professoras (%)	Universitárias (%)
Hospital/ clínica pública	0	13	0	7
Médico particular	33	0	20	73
Farmácia	20	47	53	20
Hospital/ clínica privada	13	20	7	0
Outros	33	13	20	0
NS/NR	0	7	0	0

Em estudo descritivo com análise quantitativa realizado por Mendes e colaboradores (2011) em Cuiabá – MT, mostra que 36% das 499 adolescentes que participaram dessa análise, utilizam o médico como principal fonte de indicação no uso do método contraceptivo. Figueiredo (2004) também descreve que 53,4% das adolescentes ingressantes de uma universidade paulista, buscam um médico ou um profissional da área da saúde para indicação no uso de anticoncepcionais.

Em relação ao tempo de uso do método contraceptivo (Gráfico 3), 53% das professoras, 20% das universitárias, 27% das atendentes do comércio e 40% das donas de casa, utilizam o método contraceptivo de sua escolha por um período de 5 anos ou mais. Além disso, 40% das universitárias responderam que utilizam o método contraceptivo de sua escolha por um período entre 3 e 4 anos ininterruptos. De forma geral, em média, independentemente do grupo entrevistado, aproximadamente 20% das mulheres utilizam o método contraceptivo de sua escolha por um período variando de 1 a 2 anos consecutivos. Vale ressaltar ainda que 20% das professoras entrevistadas estavam tentando engravidar ou já estavam grávidas no momento da aplicação do questionário.

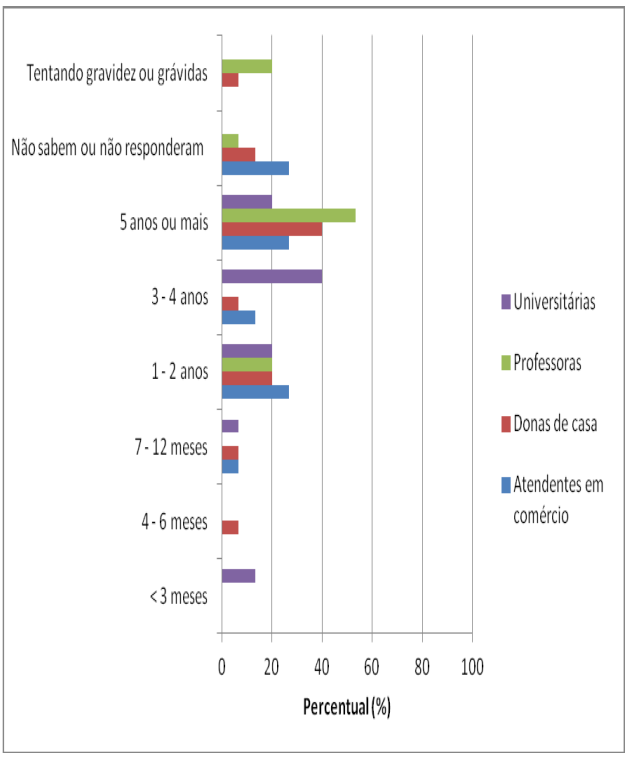

Figura 3. Período de uso do método contraceptivo escolhido observado durante aplicação de questionário em grupos de atendentes em comércio, donas de casa, professoras e universitárias em Espírito Santo do Pinhal-SP.

Durante a pesquisa algumas mulheres responderam no questionário não fazer nenhum tipo de uso de métodos contraceptivos para o planejamento familiar. Desta forma, dentre todas as atendentes de comércio que responderam o questionário, 20% não realizam o planejamento familiar, outros 20% não souberam ou não responderam e o restante (60%) realizam o planejamento familiar. Já as donas de casa, 80% realizam o planejamento familiar, 13% não o fazem e 13% não souberam ou não responderam. No caso do grupo de professoras, 73% realizam o planejamento familiar, 13% não aderem aos métodos e os outros 13% não souberam ou não responderam. Para as universitárias, 93% fazem o planejamento familiar e apenas 7% não o realizam. Os resultados obtidos e que estão descritos acima, estão representados na tabela abaixo (Tabela 4):

Tabela 4. Resultados obtidos no questionário em relação à adesão ou não do planejamento familiar.

Praticam planejamento familiar?	Atendentes em comércio (%)	Donas de casa (%)	Professoras (%)	Universitárias (%)
Sim	60	80	73	93
Não	20	13	13	7
NS/NR	20	7	13	0

Resultados semelhantes foram encontrados por Mendes e colaboradores (2011) em que, das adolescentes que participaram do estudo quantitativo sobre saberes e atitudes dos adolescentes frente a concepção, em Cuiabá - MT, 73% demonstraram ter certeza sobre a importância do planejamento familiar .

Análise de Renda familiar

Em relação à renda familiar (Tabela 5) referente às atendentes em comércio, 53% apresentam renda de 1 a 3 salários e 47% com renda familiar de 4 a 7 salários. As donas de casa apresentaram em sua maioria (73%) renda de 1 a 3 salários, 20% de 4 a 7 salários. No grupo das professoras predominou a média de 4 a 7 salários (87%). Já as universitárias variaram entre 1 a 3 salários (40%) e 4 a 7 salários (53%). Na renda familiar que se baseava em 8 salários ou mais, apenas 7% estiveram nessa média, independente do grupo em que estavam.

Tabela 5. Resultados obtidos no questionário em relação à renda familiar.

Renda familiar	Atendentes em comércio (%)	Donas de casa (%)	Professoras (%)	Universitárias (%)
1 a 3 salários	53	73	7	40
4 a 7 salários	47	20	87	53
8 salários ou mais	0	7	7	7

CONCLUSÃO

Baseados nos resultados obtidos durante este estudo, é possível concluir que independentemente da profissão e da faixa etária, o método contraceptivo mais utilizado na cidade de Espírito Santo do Pinhal pelas mulheres entrevistadas foi o contraceptivo oral, sendo este utilizado pelas entrevistadas por 5

anos ou mais de forma ininterrupta. Além disso, ainda baseados nos resultados deste estudo, foi observado uma baixa prevalência do uso de preservativos como forma adicional de método anticoncepcional e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Foi constatado também que todas as mulheres apresentavam algum conhecimento prévio sobre os métodos contraceptivos, mesmo aquelas que no momento da entrevista, não realizava o planejamento familiar.

REFERÊNCIAS

ACTION STAT PRO **Portal Action – Sistema Estatístico** Mantido por Estatcamp - Consultoria Estatística e Qualidade e por DIGUP - Desenvolvimento de Sistemas e Consultoria Estatística Disponível em: http://www.portalaction.com.br/action-stat-pro. Acesso 20 out. 2016.

ANDRADE E. C.; SILVA, L. R.; Planejamento familiar: uma questão de escolha. **Revista eletrônica enfermagem,** v. 11, n. 1, 2009; 85-93p. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a11.htm. Acesso em 17 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regulamenta § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** DF, Brasília, v.8, p. 561, 15 jan. 1996. Seção I.

CARRENO, I.et al. Uso de métodos contraceptivos entre mulheres com vida sexual ativa em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, n. 22, p. 109-118. 2006.

COLARES, E. C. et al. **Métodos Contraceptivos**: como forma de prevenção das DSTs e gravidez precoce em Nhamundá 1º Anais do Programa Ciência na Escola, vol. 1, p. 19 – 20. 2012.

CORRÊA, D. A. S. **Uso de contraceptivos orais entre mulheres de 18 a 49 anos:** inquérito populacional telefônico. Belo Horizonte. 2012.

DURANTE, J.; ALCÂNTARA A. M.; ZAGONEL, I. P. S.; Consumo de métodos contraceptivos pela população do município de São José do Rio Claro – MT. **Revista Médica da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, v. 13, n. 1, 2012.

FIGUEIREDO, R. Contracepção de Emergência no Brasil: necessidade, acesso e política nacional. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva**, IPAS Brasil, Setembro de 2004. Disponível em: http://www.usp.br/nepaidsabia/images/BIBLIOTECA/PDF/artigos/contracep%C3%A7%C3%A3o%20de%20emerg.pdf. Acesso em: 04 mai. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Síntese de indicadores sociais**, 2006. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

IS/SES, Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - IS/SES – SP **Relatório de levantamento sobre a oferta de planejamento familiar em unidades básicas do Município de São Paulo em 2010**. Março de 2011. Disponível em: http://portal.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/pdfs/pdfs-em-geral/relatorios/relatoriofinalpfubs2010.pdf. Acesso em: 07 mai. 2015.

MENDES, S. S. et al. Saberes e atitudes dos adolescentes frente à contracepção. **Revista Paulista de Pediatria,** Cuiabá, v. 3, n. 29, p.385-391, jan. 2011. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF5/003577_revista paulista de pediatria 4.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016

MOREIRA, M.H.C.; ARAÚJO, J.N.G. Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 9, n. 3, p. 389-398, set./dez. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a06. Acesso em: 07 mai. 2015.

RAMOS, M. I. A. **Estudo sobre início precoce da atividade sexual em adolescentes do Distrito Simão Campos em São José da Ponte - MG.** 2014. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Januária, 2014.

SILVA, N. C. B et al. Proposta de instrumento para avaliar conhecimento de jovens sobre métodos contraceptivos. **Paidéia**, 2007, 17(38), 365-374. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a07.pdf 13. Acesso em 20 out. 2016.

SOUZA, J. M. M. et al. Utilização de métodos contraceptivos entre as usuárias da rede pública de saúde do município de Maringá-PR. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia,** Maringá, v. 5, n. 28, p.271-277, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v28n5/a02v28n5.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

Os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.